

Causa do Povo



Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

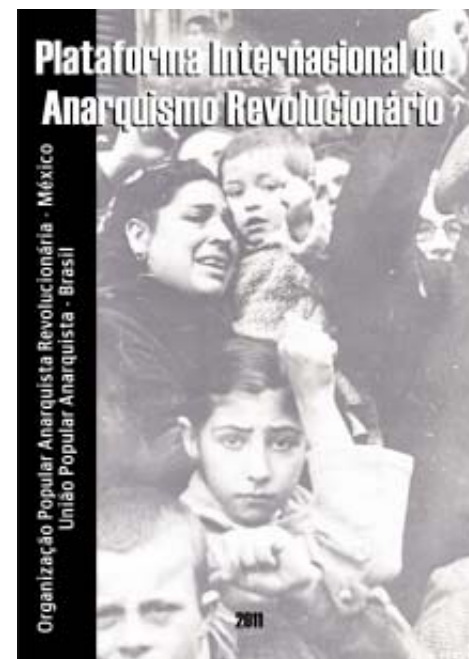
www.uniaoanarquista.org/ unipa_net@yahoo.com.br

Nº 59 - Maio /
Junho de 2011

Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário

No dia 1º de maio de 2011, a UNIPA (Brasil) e a OPAR (México) lançaram publicamente o documento intitulado Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário.

(...) pag 4



O assassinato de militantes camponeses e a aprovação do “novo código florestal”



- O movimento sindical brasileiro

- 1º de Maio - Dia de Luta e de Luto

3

- O PAC e a consolidação do governismo no Nordeste

6

- Semana Nacional Classista e Combativa

- A Guerra Imperialista na Líbia: Socialismo ou Barbárie

7

- A Tragédia da escola de Realengo: uma análise classista

- O assassinato de Osama Bin Laden

8

Violência e colaboração de classe:

o assassinato de militantes camponeses e a aprovação do “novo código florestal”

**Comunicado da União Popular Anarquista - UNIPA
Nº. 33 - Junho de 2011**

No último dia 24 de maio foi aprovado na Câmara dos Deputados o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB) sobre o Código Florestal por esmagadora maioria. No mesmo dia e a na mesma sessão grande parte dos deputados saudaram o assassinato dos líderes extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva. Os dois foram assassinados a tiros no interior do Projeto de Assentamento Extrativista, Praia Alta Piranha, no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Na sexta-feira, dia 27 de maio, Adelino Ramos, o Dinho, sobrevivente do massacre de Corumbiara, foi assassinado no distrito Ponta de Abunã, em Rondônia. Sábado, dia 28 de maio, foi a vez do camponês-extrativista Erenilto Batista Afonso, ele também era integrante do assentamento extrativista Praia Alta Piranha e segundo a CPT, foi morto por ter testemunhado o assassinato de José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Na quarta-feira, dia 01 de Junho, Marcos Gomes da Silva, trabalhador rural do acampamento Nova Sapucaia, em El Dorado dos Carajás, no Pará, foi mais um assassinado.

Esses cinco assassinatos em menos de uma semana ganharam a mídia burguesa na semana que o agronegócio teve sua

grande vitória na câmara dos deputados aprovando o Código Florestal. De maneira geral este novo código favorece ainda mais a expansão da fronteira agrícola. Na matéria do Causa do Povo Nº 52, de novembro de 2009, "O governo Lula/PT e a luta pela terra no Brasil" já indicávamos que os sete anos do governo Lula geraram uma contra-reforma agrária do agronegócio.

A aliança com o chamado "agronegócio" (corporações e setores agro-exportadores diretamente ligados, usineiros, empresários do ramo de celulose, laticínios e frigoríficos) foi fundamental para o governo de Lula (PT), tanto que um de seus ministros da agricultura, Roberto Rodrigues, era representante da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA). O sucesso do crescimento econômico brasileiro esteve diretamente associado ao alto preço das commodities no mercado internacional, que favoreceram as exportações brasileiras. Tal situação elevou o peso deste setor no PIB e na economia brasileira, fruto dos ajustes neoliberais feitos pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/DEM). Hoje o setor representa 36% das exportações brasileiras.

Assim, a pressão para mudança da legislação ambiental,

que de certo modo dificultava a expansão do "agronegócio", aumentou na medida em que o setor tornava-se peça fundamental na composição do governo e na economia do país. A violência no campo contra o camponês, o assalariado rural, o sem terra, a população ribeirinha e os trabalhadores extrativistas não pararam. Pelo contrário. Os assassinatos, portanto, infelizmente não são novidades.

A reforma agrária não avançou um centímetro no país, e inclusive deixou de ser o eixo de luta principal dos movimentos, em especial do MST. Mudando da luta pela terra e pela reforma agrária, para uma luta "contra o agronegócio", adotando assim uma política governista. Política que também se revigorei nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na CONTAG - hoje controlada pelo PCdoB, um dos principais partidos do governo e hoje aliado do agronegócio. Esse deslocamento da "luta pela reforma agrária" para a "luta contra o agronegócio" implicou na prática numa abdicção da tática da ação direta.

Para lutar contra o agronegócio é preciso continuar fazer a luta direta pela terra. E a abdicção dessa luta (especialmente das ocupações de terras) que marcou a tática do MST durante o governo Lula.

Por fim, os trabalhadores do campo no Brasil continuam a ser assassinados - como foram agora JOSÉ CLÁUDIO, MARIA DO ESPÍRITO SANTO, DINHO, ERENILTO e MARCOS - Enquanto os que matam forem os que governam. A responsabilidade da morte dos cinco trabalhadores rurais é toda do atual governo e dos representantes do agronegócio. Para ampliar seus lucros, não só superexploram os trabalhadores como matam aqueles que lutam bravamente pelo seu pedaço de terra e pela defesa do meio ambiente contra a exploração e dominação capitalista. Corumbiara, Califórnia Paulista e tantos outros ficaram impunes. É a força deste latifúndio que tem assassinado homens e mulheres do campo.

Para avançar na luta dos trabalhadores no campo hoje, é preciso denunciar a conciliação das direções dos movimentos de luta pela terra e das Centrais e confederações sindicais. Também é necessário criar e organizar oposições de luta, retomando as bandeiras de luta pela terra; por emprego, piso e aumento salarial nacional para todos os trabalhadores rurais; e pela destruição do latifúndio. Para isso, é fundamental organizar nossa autodefesa e retomar as ocupações de terras e dos prédios do governo; os saques de alimentos e remédios. Caso contrário, veremos companheiros caírem mortos pela ação do agronegócio, hoje representado pela CNA, e pela omissão dos seguidos governos. Ontem de Fernando Henrique e Lula. Hoje de Dilma Rousseff (PT).

Número de Assassinatos no Campo (2003-2010)

Ano	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Nº	34	25	29	28	36	38	39	73	43	29

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

O movimento sindical brasileiro: o aprofundamento do sindicalismo colaboracionista

Desde 2003 houve a total cooptação da principal e mais combativa central sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entretanto, a política de conciliação com patrões e governos já era implementada pela central desde o início dos anos 90, quando a Articulação, hoje Construindo um Novo Brasil, e a Corrente Sindical Classista (CSC), do PCdoB, se aliaram no IV Congresso da CUT (1991) e passaram a direcionar toda a política da central. Essa política tinha como ponto principal catapultar os dirigentes e lideranças petistas aos órgãos do Estado.

Ao mesmo tempo que utilizava os sindicatos e a central para fazer oposição ao governo tucano, o PT conciliava na luta sindical. O sindicalismo combativo dos anos 80 progressivamente foi se transformando num sindicalismo de resultado se aproximando da central pelega, a Força Sindical. Durante o governo FHC ainda foram criadas a Social Democracia Sindical (SDS) e a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT) numa tentativa de enfraquecimento do movimento sindical combativo. O Sindicalismo pelego ainda era representado pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e CGT Central.

A burocratização e cooptação da CUT levou a total adesão da central com eleição do PT para o governo federal. Logo no primeiro ano de governo a CUT traiu os trabalhadores e apoiou a reforma da previdência. Houve um rompimento a esquerda que deu origem Coordenação Nacional de Lu-

tas (CONLUTAS). A partir de então tivemos um esfacelamento do campo sindical brasileiro, fruto em grande parte da manutenção da estrutura sindical fascista do ditadura vargas, como a carta sindical, a unicidade e o imposto sindical. Essa fragmentação também foi provocada pelo vínculos partidários que cada central manteve. Assim, em 2005 a partir da união das velhas burocracias das federações e

verno federal. O mais recente foi a nomeação do vice-presidente da CUT, José Lopez Feijóo, para assessoria pessoal do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Este por sua vez é o responsável por articular a conciliação dos movimento sindical e popular com o Governo, e manter com isso manter a governabilidade e o compromisso deste com os setores burgueses.

No caso da CONLUTAS houve uma rápida degeneração liderada pelo campo majoritário que preferiu a unidade com governistas, tanto articulação como corrente sindical classista, em busca de ocupação de diretorias e uma unificação com a esquerda eleitoral organizada pelo PSOL, que impedira o rompimento com a CUT. Tal política irresponsável levou a liquidação da

CONLUTAS e ajudou a desorganizar o proletariado brasileiro.

A ida de um representante da CUT para o gabinete da presidência depois dos confrontos das obras do PAC, quando a central sugeriu um fórum tripartite é sintomático da degeneração da central. A classe trabalhadora está hoje totalmente desarmada para enfrentar patrões e se encontra em um momento de iniciar um amplo movimento de reorganização do movimento sindical e popular que destrua o modelo social democrata de movimento sindical e toda estrutura sindical (imposto, carta e unicidade) e construa sobre suas ruínas o sindicalismo revolucionário.

confederações criaram a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) vinculada ao PTB. A CAT, SDS e CGT se unificaram na União Geral dos Trabalhadores e manteve aliada ao DEM, PPS e PSDB. A CGT Central se transformou na Central Geral dos Trabalhadores do Brasil vinculada ao PMDB e por fim CSC/PCdoB saiu da CUT, que permaneceu controlado pela articulação, e criou a Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Portanto, todas essas centrais permanecem no campo do governismo e do peleguismo. Não é por acaso que o Ministério do Trabalho e Emprego está nas mãos do PDT e um grande número de ex-sindicalistas preenchem importante cargos no go-



CUT, Governo e empresários discutem pacto trabalhista nas obras do PAC

1º de Maio - Dia de Luta e de Luto

Neste 1º de Maio de 2011 os trabalhadores nada tem a comemorar. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidência da república não trouxe melhoria de vida para a classe trabalhadora. No campo continua a superexploração do trabalho e o avanço do agronegócio. Nas grandes obras do governo federal os baixos salários e os imensos lucros das grandes empresas brasileiras. O assassinato de jovens, principalmente negros, nas favelas e periferias do Brasil não para. Os diversos povos indígenas, ribeirinhos e pescadores são ameaçados e efetivamente expulsos de suas terras para construção de grande empreendimentos, como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) no Rio de Janeiro, a transposição do Rio São Francisco, no Nordeste e a Usina de Belo Monte, no Pará.

Este ano tivemos mais um primeiro de Maio festivo organizado pelas centrais pelegas, que contou com a participação de parlamentares de todos os partidos políticos. Na festa da CUT estiveram presentes o presidente da câmara, Marco Maia, e Gilberto Carvalho, secretário da presidência representando Dilma Rousseff.

Nada temos a comemorar. Este dia 1º de Maio foi mais um dia de luto para a classe trabalhadora. Momento de lembrar os trabalhadores e militantes que caíram nesta guerra e homenageá-los continuando a luta.

**Pela ruptura com o governismo!
Pela construção de um sindicalismo classista e combativo!**

A Plataforma do Anarquismo Revolucionário: fundamentos da Organização Política e Tendência Internacionalista de Massas

No dia 1º de maio de 2011, a UNIPA (Brasil) e a OPAR (México) lançaram publicamente o documento intitulado *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário*. Esse documento foi o resultado de um acordo de cooperação firmado entre as duas organizações em 2010, numa reunião realizada na cidade de Monterrey, México.

Entre abril de 2010 e março de 2011 a UNIPA e a OPAR realizaram discussões coletivas para elaborar um documento propositivo, que fizesse uma autocritica da história do movimento anarquista e da classe trabalhadora e suas experiências. O documento visa exatamente apresentar os fundamentos teóricos gerais para o anarquismo revolucionário e um programa reivindicativo e estratégia para a reconstrução do anarquismo e do sindicalismo revolucionário enquanto forças organizadas.

A data escolhida, 1º e Maio, maior símbolo da luta internacionalista, expressa assim o marco político e teórico da Plataforma do Anarquismo Revolucionário. Ela é uma proposta internacionalista em todos os sentidos: teórico, pois concebe a revolução como um processo combinado de lutas no centro, nas periferias e semiperiferias do capitalismo; organizativo, pois defende a construção de uma organização anarquista internacional e uma organização de massas internacional de tipo sindicalista revolucionária.

Dessa maneira, a Plataforma do Anarquismo Revolucionário retoma debates clássicos entre bakuninistas e marxistas, entre anarquistas revolucionários e revisionistas-ecletistas e ao mesmo tempo avança na teoria e programa da revolução anarquista. Apresentaremos aqui exatamente os principais traços dessa proposição.

1 – O Velho e o Novo no Anarquismo: a contribuição teórica da Plataforma do Anarquismo Revolucionário

A Plataforma do Anarquismo Revolucionário elaborada pela OPAR e pela UNIPA retomam o principal ponto do debate colocado pela Plataforma de Organização (que expressou a posição de Makhno e Arshinov de crítica ao movimento anarquista): *o anarquismo estava sendo corroído internamente pelas influências burguesas, teóricas e políticas, e esse processo estava levando ao declínio do anarquismo como movimento e a negação do caráter revolucionário que marcou sua origem.*

A Plataforma foi apenas um prenúncio de um processo muito mais geral. Em vários pontos do mundo os “anarquistas” passaram a se diferenciar e se opor cada vez mais entre si. Na Argentina dos anos 1920 a oposição entre o grupo La Protesta X Antorcha; na FAI-CNT (Espanha) a oposição entre os “Trintistas” (moderados democratas) e Insurrecionalistas e depois entre os “ministerialistas” e os revolucionários (representados pela agrupação *Amigos de Durruti*), e depois na América Latina a cisão interna na FAU (Uruguai) nos anos 1960 entre “especifistas e sintetistas”.

Ou seja, a luta interna entre setores revolucionários e reformistas que se reivindicam anarquistas foi recorrente na história. Mas nenhuma dessas experiências conseguiu sistematizar uma crítica duradoura. O anarquismo acabou encenando a tragédia que Makhno tinha antevisto: foi declinando pelas suas próprias contradições e incapacidades, no máximo, reagindo a processos já avançados de degeneração e se condenando a condição marginal na história das lutas dos trabalhadores.

Mas a *Plataforma de Organização* dos anos 1920, elaborada por Makhno, Arshinov e outros, não conseguiu resolver todos os problemas que colocou. Eles fizeram corretamente a crítica do sintetismo – expressão maior e orgânica da concepção burguesa anarco-comunista – mas não avançaram no sentido de elaborar uma teoria global do capitalismo nem conseguiram materializar a construção da União Anarquista Internacional. Infelizmente, eles não tiveram o tempo e condições para avançar na teoria.

Nesse sentido, as tarefas colocadas pela *Plataforma de Organização* foram assumidas pela UNIPA e pela OPAR para elaborar a nova *Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário*. Ela retém da “velha plataforma” os princípios organizativos e a convicção de que a unidade teórica e tática é o elemento principal da organização revolucionária. Mas por outro lado ela traz elementos “novos” – a sistematização crítica do pensamento anarquista, o bakuninismo, uma análise global do desenvolvimento capitalista e a negação-superção do anarco-comunismo e anarco-sindicalismo e suas formas como o sintetismo.

2 – A crítica e auto-crítica da experiência revolucionária: anarquistas, comunistas, nacionalistas e etc

A necessidade de uma retomada do anarquismo revolucionário deriva da própria situação objetiva e impasses dos trabalhadores nas suas lutas. A crítica dos diferentes projetos, revolucionários e reformistas, não pode ser senão a crítica da experiência das lutas dos trabalhadores nos últimos anos. Todas as correntes comunistas, social-democratas, anarco-sindicalistas, nacionalistas levaram à derrotas do processo revolucionário. Isso em razão das suas debilidades teóricas e ideológicas e do caráter eclético dos seus objetivos programáticos e da natureza de classe das suas alianças. Além de erros táticos na condução do processo de luta.

A estratégia comunista/social-democrata da “II Internacional” e “III Internacional” representava a aplicação da teoria da revolução permanente. Essa foi a estratégia dominante nas lutas do século XX, mesmo com variações nacionalistas. Dessa ótica, as revoluções deveriam se subordinar as etapas democrático-burguesas, ou seja, não deveriam extrapolar a construção de repúblicas burguesas.

Essa linha foi aplicada na Espanha, por exemplo, ao colocar a tarefa da luta antifascista (que era uma apenas adequação da prioridade da luta antimonárquica ao novo contexto). O centro dessa etapa seria a aliança com a burguesia democrática. Na Frente Popular o movimento operário e a burguesia nacional deveriam se aliar para se opor a Franco.

Apesar do dogmatismo antimarxista, o anarco-sindicalismo e anarco-comunismo espanhol se integraram na política derivada da teoria marxista da revolução permanente e objetivamente nas estruturas do Estado burguês. E esse foi o maior marco do declínio dessas correntes revisionistas do anarquismo. As contradições derivadas do ecletismo teórico não se manifestaram apenas durante a Guerra Civil Espanhola, mas ao longo de toda a década de 1920 e início de 1930. A adesão apolítica à “frente popular” formulada pela URSS, já tinha sido ensaiada antes, com a adesão acrítica das centrais anarco-sindicalista a Internacional Sindical Vermelha dirigida pelo Partido Comunista da URSS na década de 1920.

Um balanço histórico dessas correntes constata que elas fracassaram. Não porque não tenham tido poder ou expressão de massas. Mas porque não cumpriram o objetivo que elas próprias anunciavam: abolir a sociedade de classes e o

Estado. E fracassaram exatamente pelas razões expostas acima. Podemos dizer também que esse fracasso não significa que elas simplesmente deixaram de existir ou ter expressão. Elas continuam existindo e se apresentam como obstáculo ao desenvolvimento autônomo do proletariado internacional.

O marxismo se apresenta preso ao dilema da teoria da revolução permanente e o anarco-comunismo e anarco-sindicalismo ao dilema da ausência de uma teoria própria da revolução (que se converteu no uso acrítico da teoria marxista e na sua fase degenerada na negação da revolução em si). Em seu conjunto, essas correntes se encontram presas a ciclos históricos de integração Sistêmica e desintegração (destruição pela repressão ou contradições internas).

Dessa maneira, não basta apenas intensificar as lutas e organizações de massas. A experiência do século XX e do recente início deste século XXI demonstra que a classe trabalhadora mundial precisa de uma nova estratégia e teoria, que permita superar os erros históricos. Aqui apresentamos uma contribuição para essa teoria e estratégia.

3 – A Revolução da periferia para o centro: o internacionalismo na prática e na teoria

Para determinar uma linha política internacional e nacional para o anarquismo revolucionário é preciso desenvolver a economia política do sistema imperialista mundial da ótica bakuninista. A análise das contradições sistêmicas e do impacto dessas contradições sobre a classe trabalhadora internacional. O principal fato é que essas contradições dividem a classe trabalhadora, não só nacionalmente, mas também econômica e politicamente, em razão do caráter diferenciado do desenvolvimento capitalista em cada país.

Mas ao contrário de combater e diminuir os efeitos desorganizadores dessa fragmentação objetiva gerada pelo capitalismo, as forças políticas atuam para aprofundar essa divisão. Isso acontece com a política adotada a partir da teoria da revolução permanente (social-democrata, comunista), mas também com o nacionalismo e os diferentes tipos de reformismo libertário.

A linha que predominou no século XX foi à teoria comunista da revolução permanente, das quais as demais são fragmentos ou replicas secundárias. No plano

da organização política, essa teoria se cristalizou na política da frente anti-imperialista. A versão revolucionária dessa política resultou nos movimentos de libertação nacional em alguns países da periferia (a maioria dos casos, pela ruptura com a orientação dominante vinda da URSS). Na versão reformista, a mais generalizada, preconizava a conquista do Estado por meio das eleições e a realização de reformas estruturais.

No plano da organização de massas, implicava no sindicalismo de tipo social-democrata, que subordinava os objetivos dos sindicatos aos objetivos da própria frente, e restringia a luta econômica ao economicismo – que era introduzido de “fora” da classe pela linha política reformista. Esse economicismo implicava na aceitação e fortalecimento das contradições e diferenciações dentro da classe; no centro, na aceitação do estado de bem estar social, sacrificando os trabalhadores da periferia em seu conjunto; na periferia, certas categorias ocupacionais aceitaram certos compromissos, sacrificando as demais que compunham as grandes massas de trabalhadores. A luta econômica e política dos trabalhadores eram restringidas ao economicismo, ou seja, o objetivos econômicos adequados à tática da frente anti-imperialista e a teoria e estratégia da revolução permanente.

Essa estratégia ignorava deliberadamente as diferenças entre os trabalhadores dos países centrais e periféricos. Era uma política eurocêntrica e industrialista. Nesse sentido, essa política não combatia os fundamentos mesmo do imperialismo: a exploração internacional não somente dos trabalhadores pela burguesia, mas os complexos mecanismos de superexploração da periferia e de cooptação dos trabalhadores no centro.

Assim, sob o argumento do anti-imperialismo, se abdicava da luta de classes no terreno nacional e internacional.

Mas para romper o edifício imperialista é preciso romper os elos capitalistas nas periferias e semi-periferias do capitalismo, o que provocaria uma crise das bases econômicas que sustentam outra face do imperialismo, que é a cooptação econômica de setores do proletariado integrados nos interesses da burguesia nacional no centro (possibilitada exatamente pela taxa extra de acumulação de capital oriunda da super-exploração da periferia e dos trabalhadores marginalizados no centro).

Para fazer isso é preciso combater a fragmentação e segregação da classe trabalhadora internacional. Nesse sentido, os trabalhadores devem ter uma estratégia internacionalista de romper o elo de produção imperialista diminuindo a taxa de lucro na periferia e ajudando assim a agudizar a própria crise do capitalismo a nível internacional, pois inviabilizando a

superexploração na periferia se abre também espaço para a inviabilização das concessões econômicas e cooptação dos sindicatos e da classe trabalhadora no centro. ***Ou seja, cria-se espaço para avanço da revolução proletária no centro a partir da crise do sistema provocada pela luta de classes na periferia. A tese da “Revolução da Periferia para o Centro” (defendida por Bakunin) se aplica também em escala internacional à economia política do sistema mundial.***

ises do centro e da periferia, podendo ocorrer avanços na luta de classes e mesmos revoluções no centro que alimentam a luta de classes e a revolução na periferia,

Mas o fundamental é que nenhuma revolução internacional será socialista se ela não tiver na periferia não somente um ponto de apoio, mas o protagonismo dialético e combinado com a luta de classes no centro. Para isso é preciso o desenvolvimento combinado da luta econômica e política no centro e na periferia. E

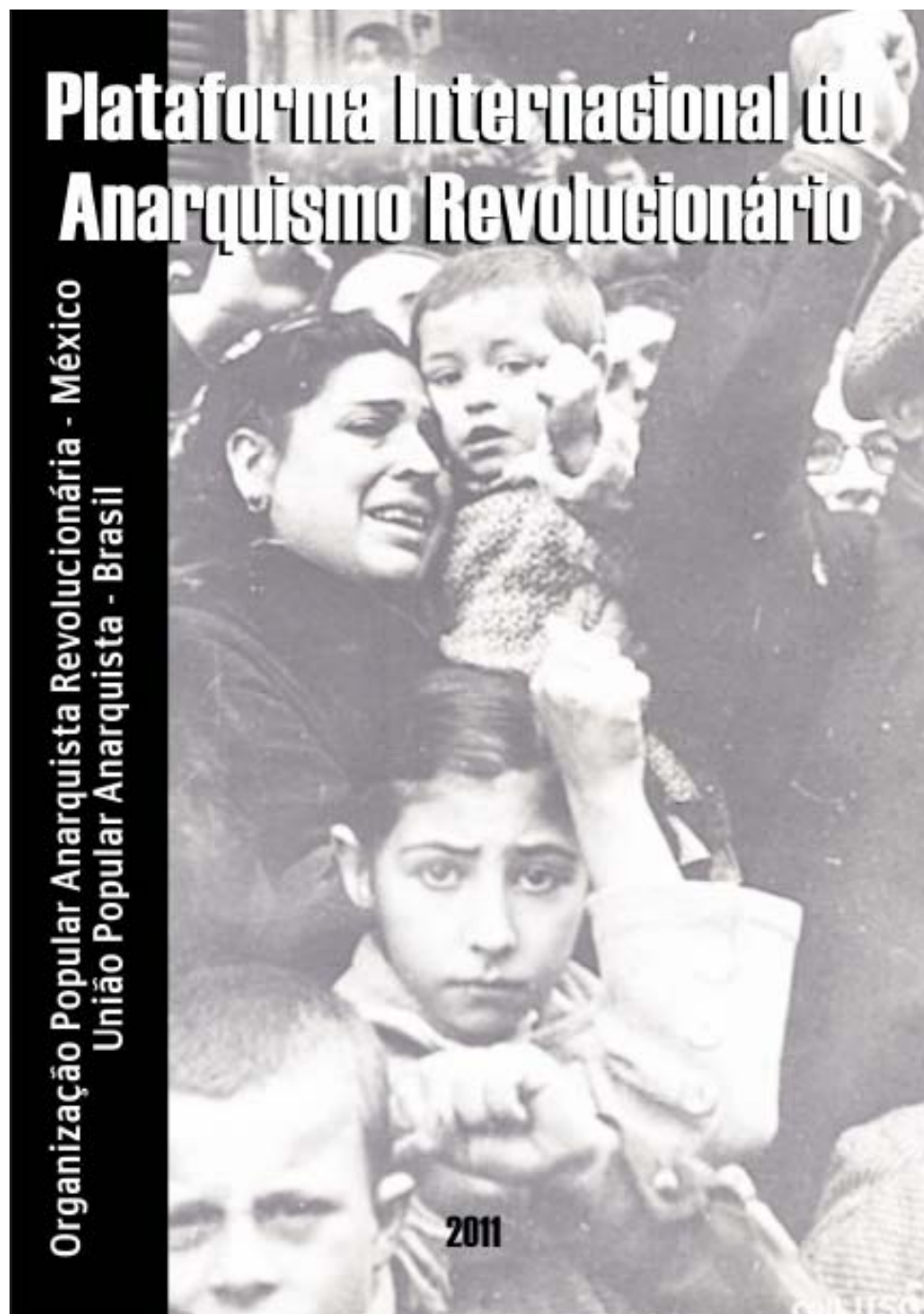
só pode ser a de reconstruir as organizações de luta dos trabalhadores. Isso implica na construção da organização política anarquista e nas organizações de massa. E isso se dá pela luta imediata na base de um programa reivindicativo vinculado ao programa socialista revolucionário.

Essa luta imediata e o programa reivindicativo de massas não apresenta uma relação de disjunção histórica (como o marxismo postulou, uma oposição entre o imediato e o histórico) com o programa socialista, ao contrário. Esse programa visa preparar parte das condições objetivas e subjetivas da revolução socialista, e sem essa preparação consciente e organizada nenhuma revolução socialista pode se dar. A conquista e realização em escala internacional – mesmo que num ritmo desigual criará não somente bases materiais das novas relações de produção e poder, mas embriões das novas formas de gestão política da sociedade.

É por isso que propomos o trabalho de construção de uma **Rede Anarquista Internacional (RAI)**, que deverá criar frentes de massas dentro das lutas dos trabalhadores dos seus respectivos países e nessas frentes atuar sob a designação geral de **Tendência Classista e Internacionalista (TCI)**. As **Seções da Rede serão** responsáveis por iniciar e dirigir lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e desenvolver a luta teórica e ideológica, preparando-se como organização revolucionária. A TCI agrupará trabalhadores militantes na base do programa reivindicativo, enquanto a RAI na base da Plataforma do Anarquismo Revolucionário.

Deve ser tarefa da RAI organizar ou intervir nas lutas das categorias ocupacionais dos trabalhadores, tentando organizar oposições do tipo sindicalismo-revolucionário. A construção da **TCI se dará pela construção de núcleos de trabalhadores que estejam dispostos a lutar pelas reivindicações apresentadas nesta plataforma sob a forma de oposições** (dentro de cada categoria ocupacional) **classistas e internacionalistas** e devem assumir o combate à burocracia e as formas de **sindicalismo de Estado** nas periferias e semiperiferias (na América Latina, como existentes no Brasil, México e Argentina, de sindicatos subordinados ao Estado) e de sindicalismo social-democrata e mafioso nos países do centro (como existente na Europa e EUA). Essas oposições devem levar aos **trabalhadores um programa reivindicativo**.

Essa é função dos anarquistas revolucionários defendida pela Plataforma Internacional do Anarquismo Revolucionário. Conclamamos os companheiros em todo o mundo a se juntar à construção da RAI e da TCI, como parte do trabalho histórico de luta pela revolução socialista.



A revolução socialista internacional tende a ser da periferia para o centro, no sentido em que, para que o imperialismo seja destruído, é imprescindível que sejam destruídas as relações de dependência e superexploração, e nesse processo, os próprios trabalhadores da periferia são os protagonistas. Mas essa tendência não significa que a revolução na periferia se dá de forma endógena, ao contrário, ela é necessariamente um processo combinado de luta de classes que se desenvolve nos pa-

samente um programa reivindicativo que leve em consideração esses fatores poderá criar organizações de novo tipo, de tipo sindicalista revolucionário, mas adequadas às condições da luta de classes no século XXI.

4 – A função dos anarquistas na revolução hoje: desenvolver as lutas econômicas e políticas e aprofundar sua própria organização

A função dos anarquistas hoje, entendida como uma função revolucionária,

O PAC e a consolidação do governismo no Nordeste

No Nordeste a continuidade e consolidação do governismo para atual momento se baseia em três elementos gerais: 1) a *vitória nas eleições estaduais* em 2010 dos partidos governistas em relação à oposição burguesa DEM/PSDB, 2) a *articulação regional* do governismo através dos “projetos estruturantes” do PAC para a região e 3) a *permanência da hegemonia* do governismo no movimento sindical-popular.

O NE é uma região estratégica em período eleitoral, concentra o segundo maior número de eleitores do país, cerca de 26%, atrás apenas do Sudeste. Se no plano nacional tivemos a vitória de Dilma/PT nas últimas eleições presidenciais, no plano regional os principais estados do NE Bahia, Pernambuco e Ceará tiveram governadores eleitos pelo PT e PSB com ampla margem de diferença para com os adversários¹. Nos demais 6 estados da região apenas Alagoas e Rio Grande do Norte elegeram candidatos do DEM e PSDB respectivamente.

Nesse contexto, Dilma/PT pediu aos governadores da região que “pensem, juntos, um projeto interestadual para o desenvolvimento infraestrutural da região, no valor aproximado de 20 bilhões.” (O Povo 2/1/11). Segundo o governador cearense Cid/PSB, Dilma teria citado, além dele, para liderar o projeto o governador da Bahia, Jaques Wagner/PT e de Pernambuco, Eduardo Campos/PSB. Os recursos para esse “plano estruturador” do NE seriam provenientes do BID, Banco Mundial, BNDES, e recursos dos Estados nordestinos e da União.

Em 2011 o 12º Fórum de Governadores do NE, com a participação da presidente, confirmou as expectativas do governismo para a região, e cujo dois temas principais foram “O governo Dilma Rouseff e o Nordeste” e “Um novo projeto para fi-

nanciar o desenvolvimento econômico e social no NE”. A presidente confirmou a manutenção integral do PAC no NE, mesmo depois do corte de 50 bi no orçamento, que continuará através dos programas Minha Casa, Minha Vida, Mobilidade Urbana (relacionado a Copa de 2014), e obras de infraestrutura como a Transposição do Rio São Francisco, a ferrovia Transnordestina e a continuação das obras de rodovias e portos como Pecém e Suape.

Desenvolvimentismo e super-exploração

A transposição do Rio São Francisco e a construção da Transnordestina, os dois principais “projetos estruturantes” para a região, evidenciam o caráter de classe do desenvolvimentismo. A transposição privilegia os grandes latifundiários ao desapropriar os pequenos agricultores e abrir espaço para o agronegócio, beneficiando com os recursos do PAC as empreiteiras Camter, Egesa, Serveng, S.A Paulista e Carioca. Essas últimas três demitiram todos os funcionários e abandonaram a obra.

A Transposição é contestada por vários estudos acadêmicos e não resolve os problemas do povo sertanejo. Na prática, beneficia o agronegócio impulsionando a produção da fruticultura irrigada, da monocultura da soja, além de favorecer os pólos industriais, como do Porto do Pecém no Ceará, e a produção de camarões. Os assentados e as comunidades tradicionais como os quilombolas e indígenas são atingidos pela transposição e pela construção de barragens como as de Riacho Seco e Pedra Branca, ambas obras do PAC no sertão pernambucano.² As obras das Ferrovia Transnordestina, projeto previsto pelo Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), interligará dois dos principais portos do Nordeste, Pecém e Suape (PE), transportando cargas especialmente

para exportação de produtos agrícolas.

O boom da construção civil, impulsionado por obras do PAC, veio acompanhado por um aumento de 232% nos atos de infração, registrados pelo Ministério do Trabalho, relativos a irregularidades em relação à segurança e a saúde do trabalhador. As greves nas obras em Jirau e no Complexo de Suape apontaram as condições precárias de trabalho como motivo das paralisações. A terceirização e a alta rotatividade nos postos de trabalho levam à precarização. O desenvolvimentismo do governo Dilma/PT é baseado na super-exploração dos trabalhadores e na ofensiva aos povos tradicionais.

O desenvolvimentismo se realiza através do fortalecimento do capitalismo em sua fase atual de ampliação da diversificação das formas de superexploração: contratos temporários, terceirização, redução dos encargos previdenciários e trabalhistas (precarização), flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas), ampliação do mercado informal, desenvolvimento e reprodução de formas desumanas de trabalho (formas de trabalho análogo à escravidão). O que o discurso do governismo tenta esconder é a relação do desenvolvimentismo com a exploração. O governismo secundariza o conflito capital-trabalho, inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, negando a questão da exploração.

Barrar o governismo e a super-exploração com ação direta

A paralização de 34 mil operários na refinaria Abreu e Lima e no Pólo Petroquímico de Suape, os 30 mil grevistas de Jirau e Santo Antônio, as paralisações no Porto do Pecém, seguidas da queima dos alojamentos representam uma reação aos níveis de super-exploração a que estão submetidos os trabalhadores. Entretanto, a

justa revolta operária esbarra na conciliação de classes do sindicalismo de Estado da CUT, CTB e Força Sindical, reféns dos acordos rebaixados com a patronal. A Força Sindical dirige no Nordeste vários SINTEPAV, sindicatos dos operários na indústria de construção, que são acusados de realizar negociações que beneficiam as empreiteiras e envolvimento em casos de pistolagem contra operários em Suape.

Para a continuidade do governismo no Nordeste e também no país é fundamental que ele estabeleça bases sólidas de apoio. Assim, de um lado, o governismo beneficia a burguesia (latifundiários, agronegócio, empreiteiras, industriais, empresas de serviços) através das mega-obras e mega-eventos com os recursos do PAC. E do outro se utiliza das políticas assistencialistas, o Nordeste recebe 52% dos recursos do Bolsa-Família, para iludir o povo. As obras do PAC representam uma ofensiva articulada pelo Estado e o Capital contra a classe trabalhadora, visando o processo de acumulação capitalista mundial, garantida politicamente pela contenção das lutas pela hegemonia governista no movimento sindical-popular.

Para a construção de uma ofensiva proletária dos trabalhadores brasileiros contra o capitalismo é necessário o rompimento com o governismo no movimento sindical-popular, a superação organizacional e política das alternativas que degeneraram em para-governismo e a construção do sindicalismo revolucionário no campo e na cidade.

¹Bahia: Wagner/PT (63,83%); Pernambuco: Eduardo Campos/PSB (82,84%); Ceará: Cid/PSB (61,27%)

²Relatório da Missão à Petrolina e Região do São Francisco (PE), Plataforma Dhesca Brasil, fev 2010.

Semana Nacional Classista e Combativa

Na semana do dia do estudante (28/03) a RECC coordena atividades que apontem para a luta estudantil, reforçando o caráter desta data que traz a necessidade de levantarmos bem alto as bandeiras defendidas por Edson Luís, Honestino Guimarães, Bacuri e tantos outros estudantes que deram suas vidas por uma educação de qualidade e pela transformação da atual realidade social de miséria e opressão de nosso povo. Neste ano de 2011 não poderia ser diferente, as oposições, coletivos e grêmios que compõem a RECC, além de diversos apoiadores, construíram debates políticos, panfletagens, atos de rua e plenárias que traziam a defesa do acesso livre à universidade, passe-livre para estudantes e desempregados, a luta contra as remoções arbitrárias que sofre o povo pobre no RJ, a defesa de uma educação de qualidade e que sirva ao povo, além do importante papel organizador das lutas estudantis.

A Semana Classista e Combativa agregando lutadores de diversos estados do país apontou um programa que combate a hegemonia neoliberal e aponta a reorganização do movimento estudantil em unidade com a classe trabalhadora. Contra o Governismo e o Para-governismo que assolam o movimento de trabalhadores e estudantes, através do legalismo e do parlamentarismo hegemônico no ME, não daremos nenhum passo atrás na ação direta estudantil-proletária!

Os cortes de 50 bilhões no orçamento público, feito pelo Governo Dilma/PT capachos da burguesia nacional e internacional, anunciam uma série de ataques aparentemente fragmentados aos estudantes e trabalhadores brasileiros, com congelamentos salariais, terceirizações, demissões, cortes na educação, na saúde, nos transportes, etc. Os ataques neoliberais, frutos do corte orçamentário, devem ser entendidos com um todo unificado e, portanto, um programa classista e combativo deve unificar trabalhadores e estudantes com o norte estratégico de construção da Greve Geral. Convocamos todos os estudantes proletários a se colocarem em pé de luta contra a política neoliberal do Governo Dilma/PT.

Avante a luta estudantil e proletária!

A Guerra Imperialista na Líbia: Socialismo ou Barbárie

Desde dezembro de 2010, o Norte da África se tornou o palco de intensas revoltas populares contra governos ditatoriais alinhados com o imperialismo estadunidense e europeu. Essas revoltas se estenderam para o Oriente Médio, atingindo o Iêmen e a Síria.

Na edição número 58 do *Jornal Causa do Povo*, a UNIPA fez uma análise crítica desse processo político, destacando os limites do movimento de massas e a necessidade de uma estratégia revolucionária num contexto de revoltas populares.

Apesar de distantes de um desenlace revolucionário, as revoltas populares na África Saariana passam a assumir contornos de uma guerra imperialista, com as forças da OTAN atacando as tropas líbias fiéis ao ditador Muamar Kadaffi.

A intervenção imperialista em apoio às forças oposicionistas deixa claro seu caráter burguês pró-restauração monárquica e imperialista. Portanto, a classe trabalhadora líbia só tem uma alternativa: a Revolução Social.

1. A Guerra na Líbia: o conflito entre setores burgueses e a intervenção imperialista

O governo de Kadaffi começou em 1969, com a derrubada do regime monárquico e a instalação de uma ditadura burguesa de tipo nacionalista. Com a estatização de setores perolíferos, a ditadura de Kadaffi, ao contrário das demais ditaduras do Norte da África, tornou-se opositora aos EUA. Entretanto, a partir da década de 1990, a Líbia reabriu negociações com o imperialismo europeu e norte americano.

Em fevereiro de 2011 eclodiu uma guerra civil que opõe os setores da burguesia e da burocracia líbia aliados de Kadaffi aos os setores da oposição burguesa pró-restauração monárquica e imperialista. Os oposicionistas formaram o Conselho Nacional de Transição da Líbia, rapidamente reconhecido como o governo



Líbia sob ataque da OTAN

legítimo da Líbia pelas potências imperialistas.

As principais lideranças do Conselho Nacional de Transição da Líbia são antigos aliados políticos de Kadaffi, como Mustapha Abdeljalil, ex-ministro que rompeu com o governo no final do mês de fevereiro. Outra importante liderança "rebelde" é Mahmud Jebri, que foi nomeado por Kadaffi para presidir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, órgão responsável pelas reformas liberais na Líbia. Ou seja, os setores burgueses beneficiados com o regime ditatorial agora se aliam ao imperialismo, numa tentativa de substituir um regime burguês por outro.

É importante que, recorrentemente, nos contextos de crise econômica a expansão militarista é utilizada com alternativa burguesa para a retomada do processo de acumulação de capitais. E a economia líbia significa mais controle sobre reservas de petróleo e acesso à mão-de-obra barata.

2. Socialismo ou barbárie

Os protestos populares que começaram em fevereiro foram violentamente reprimidos pelas forças de segurança do ditador Kadaffi. Não existem números precisos, mas o massacre promovido pelo Estado líbio pode ter atingido enormes proporções com mais de cinco mil mortos. A escalada da violência com a guerra civil e com a invasão das forças imperialistas pode ter elevado esse número a dezenas de milhares de vítimas fatais.

A situação dos refugiados também é alarmante. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados estima que cerca de 75 mil pessoas fugiram para a Tunísia. Outras 70 mil se refugiaram no Egito, totalizando mais de 140 mil refugiados desde o início dos conflitos.

O desenvolvimento de uma guerra imperialista na Líbia, a exemplo de tantas outras, tem provocado uma verdadeira tragédia, onde a classe trabalhadora, que encontra-se desarmada, é a principal vítima.

A alternativa para os trabalhadores da Líbia é a Revolução Social. Somente o povo em armas, promovendo a destruição da propriedade privada e do Estado, é capaz de deter a guerra entre facções burguesas e construir o socialismo.

A Tragédia da escola de Realengo: uma análise classista

No dia 07 de abril de 2011 a escola municipal Tássio da Silveira, no bairro de Realengo, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, foi alvo da ação do atirador Wellington Menezes de Oliveira, ex-aluno da escola. Infelizmente o fato ocorrido resultou em 13 mortes, a do próprio Wellington e de outros 12 estudantes.

A escola em questão atende as famílias da classe trabalhadora do bairro já bastante acostumados com a política de segurança pública que foca as suas ações de controle social basicamente sobre as áreas de moradias mais pobres da cidade.

Além da violência física recorrente, outra modalidade de violência se manifesta cotidianamente nestes espaços através de agressões verbais e morais que resulta em exclusão de parte significativa da população pobre que está nas escolas públicas do país.

O ensino oferecido à classe trabalhadora pelas autoridades piora a cada ano. Os profissionais trabalham em péssimas condições, recebem baixos salários e possuem uma jornada de trabalho exaustiva. Esses jovens são atingidos ainda pelo alto índice de desemprego e violação de direitos.

Atos como do atirador de Realengo só servem à classe dominante, que de modo oportunista e com apoio da mídia burguesa falsearam as

verdadeiras causas da violência e deslocaram o debate para questões que servem aos seus interesses mais imediatos – como a antecipação da campanha pelo desarmamento.

É comum no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, o assassinato de crianças e jovens: Acari, Candelária, Providência, Complexo do Alemão, Queimados, Nova Iguaçu, Vigário Geral e tantos outros que reforçam os dados estatísticos que apontam que as maiores vítimas de homicídio no Brasil são jovens entre 15 e 24 anos, negros e moradores de comunidades pobres e de bairros da periferia. Segundo dados recentes do Ministério da Saúde entre 2002 a 2008 a taxa de mortalidade entre jovens foi de 73,6% e o número total de óbitos por homicídio foi de 39,7%. Constatou-se ainda um aumento de 20,2% de morte por homicídios entre os negros.

Os nomes dos jovens assassinados em Realengo apareceram na mídia por um tempo, apenas aquele necessário para se construir “reportagens sensacionalistas” pela imprensa burguesa que lucra com a tragédia e a dor de nosso povo.

A impunidade também caracteriza todos os casos mencionados acima. E os algozes são sempre os mesmos: policiais, grupos de extermínio, traficantes e milícias. Por algumas vezes

e surpreendentemente, como no caso de Realengo, mudam os agentes da violência como resultado da degeneração moral da classe trabalhadora promovida pela exploração burguesa. Entretanto, as vítimas continuam sendo os mesmos segmentos da classe trabalhadora.

Portanto, a questão da violência no Brasil está intimamente vinculada à luta de classes. Em última instância os responsáveis pela morte desses jovens são a classe dominante e o Estado. Cabral, Paes e Dilma que demagogicamente se solidarizaram com as famílias que perderam seus filhos e filhas devem ser cobrados pelo desrespeito e exclusão diária a que milhares de jovens estão submetidos nas escolas em nossa cidade, no estado e no Brasil a fora.

Para evitar que mais jovens sejam assassinados, não apenas a tiros, mas diariamente massacrados pelo capitalismo só há uma solução: nossa organização enquanto classe para lu-



tarmos contra toda a opressão impetrada pela burguesia e pelo Estado. Contra a morte de nossa gente, somente a solidariedade de classe nos tornará capazes de travar as batalhas necessárias à libertação de todos os trabalhadores.

O assassinato de Osama Bin Laden

No dia 2 de maio, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, anunciou a morte do líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Bin Laden foi assassinado numa ação do exército estadunidense, que invadiu o Paquistão e a casa do líder da Al-Qaeda para executá-lo. Toda a ação foi orquestrada pela agência de espionagem estadunidense, a CIA.

O assassinato de Osama Bin Laden é mais uma página da atual ofensiva imperialista e recoloca a estratégia do assassinato político como prática das potências capitalistas. É importante destacar que, também no início do mês de maio, ocorreu uma tentativa de assassinato do ditador Muamar Kadhafi, que

vitimou um dos seus filhos.

A ofensiva militar imperialista sobre os países do Oriente Médio foi iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001 promovidos pela Al-Qaeda contra alvos em território estadunidense: às torres do World Trade Center (Nova Iorque), símbolo do poder econômico dos EUA, e ao Pentágono (Washington), símbolo do poder militar.

Sob a bandeira da “Guerra ao Terror”, os EUA, governado por George W. Bush, e seus aliados invadiram o Afeganistão, que era governado pelo Talibã (regime acusado de ajudar a Al-Qaeda), e o Iraque, então governado pelo ditador Saddam Hussein, acusado de possuir armas de destruição em

massa que não existiram. Contraditoriamente, o Talibã e Saddam Hussein chegaram ao poder com financiamento direto de governos estadunidenses durante a Guerra Fria.

A ofensiva militar foi determinante para a reeleição de Bush, primeiro governo (2001-2004) começou muito contestado depois de eleições fraudulentas. Entretanto, após oito anos de guerra, de um saldo elevado de baixas norte-americanas (em 2010 o número de soldados estadunidenses mortos chegou a 4.450 no Iraque e 1.580 no Afeganistão) e das torturas dos presos de Abu Ghraib e Guantánamo, Barack Obama foi eleito prometendo retirar as tropas do Oriente Médio e

fechar as prisões. Mas nenhuma das promessas foram cumpridas.

Agora, numa conjuntura desfavorável, com a manutenção da “Guerra ao Terror” e com a extensão dos efeitos da crise econômica, é Barack Obama que irá se utilizar da ofensiva militar imperialista, do assassinato de Bin Laden, pra ser mais específico, para se reeleger. Se o início da ofensiva garantiu capital político ao Bush, seus desdobramentos recentes serão fundamentais para a campanha de reeleição de Obama. A “revolta” pela morte dos mais de seis mil soldados norte-americanos será substituída pela “alegria” do assassinato de Osama Bin Laden.